

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019129-134>

DAS OBSCURIDADES E OPACIDADES DO TEMPO EM QUE VIVEMOS *THE DARKNESS AND OPACITIES OF THE TIME WE LIVE*

Sandro Luiz Bazzanella*

Nádia Neckel**

Se há algo em crise no mundo hoje, definitivamente, não é a economia. Mas, o que é neste contexto que se entende por economia? É a economia uma ciência aos moldes das ciências exatas e naturais com objeto e métodos definidos a determinar as leis naturais e universais do comportamento humano na vida em sociedade? Por que a economia em sua pretensão científica assumiu em nosso tempo condição inquestionável na afirmação dos desígnios, das formas de organização e desenvolvimento dos indivíduos e sociedades humanas? Por que se solicita ética na política, mas se desconsidera sua urgência na economia? Por que o pensamento se apresenta impotente frente aos imperativos dos meios impostos pela economia? Como os engendramentos econômicos determinam, marcam, fazem circular, ou, interditar, as formas de constituição, formulação e circulação do conhecimento?

Talvez uma das tarefas mais urgentes do nosso tempo se apresenta na necessidade de profanar a economia e devolvê-la ao uso comum dos sujeitos e das sociedades como possibilidade de retomada da potência do pensamento diante da multiplicidade de possibilidades que a ação humana e o mundo proporcionam e requerem.

Trata-se, portanto de considerar que a economia para além de sua pretensão científica constitui-se como economia política. Sua função primordial é conformar uma ordem moral, que oriente os comportamentos, os costumes, as relações que os sujeitos estabelecem entre si, com os outros e com o mundo, no modo de estruturação dos modos de subjetivação, dos sentidos, das relações e das sociedades. A economia atua na conformação de subjetividades que agem na conformação de uma visão comum de mundo e na tessitura dos discursos.

Nesta perspectiva, a economia política que se espraia avassaladora pelo mundo promove diuturnamente o imperativo dos puros meios sem fim (Agamben, 2015). Trata-se de processos de subjetivação que circunscrevem os indivíduos no insulamento de suas

* Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco (1989). Mestrado em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2003) e, doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Atualmente é professor titular de filosofia da Universidade do Contestado na graduação no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. E-mail: sandroluizbazzanella@gmail.com

** Possui graduação em Educação Artística Licenciatura Artes Cênicas pela Universidade Federal de Santa Maria (1998), mestrado em Programa de Mestrado Em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2004) e doutorado em Linguística pela Universidade de Campinas (2010). Atualmente é professora titular do programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: nadia.neckel@unisul.br

vidas privadas. Vigiados e controlados, os sujeitos se submetem a processos de disciplina e normalização de suas vidas vinculadas a ininterrupta esfera da produção e do consumo.

A lógica do consumo alinha-se assim ao mundo semanticamente normal dos sentidos estabilizados como nos mostrou Michel Pêcheux (2006, p. 30):

Um grande número de técnicas materiais (todas as que visam produzir transformações físicas ou biofísicas) por oposição às técnicas de adivinhação e de interpretação de que falaremos mais adiante, tem a ver com o real: trata-se de encontrar, com ou sem a ajuda das ciências da natureza, os meios de obter resultado que tire partido da forma e mais eficaz possível (isto é, levando em conta a esgotabilidade da natureza) dos processos naturais, para instrumentalizá-los, dirigi-los em direção aos efeitos procurados. A esta série vem se juntar a multiplicidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos...

Quando as práticas técnicas e as práticas de gestão social funcionam pela lógica do mercado, a linguagem vira objeto de consumo. Como nos aponta Tiburi (2017), vivemos um tempo de consumismo da linguagem. Sentidos que simplesmente se repetem em uma ordem parafrástica, valendo a regra: o mais do mesmo. Subtraindo assim, o elemento político da linguagem.

Esvaziada a esfera pública, destituída condição ontológica da política, as sociedades individualizadas consomem freneticamente a si mesmas e ao mundo. A experiência advinda das relações dos indivíduos, consigo mesmos, com os outros e, com o mundo já não se apresenta no horizonte de possibilidades. Fazem-se apenas experimentos caracterizados pelo aligeiramento, pela efemeridade e, pela violência constitutiva das formas de consumo.

Os indivíduos imersos nas sociedades individualizadas apresentam-se destituídos da potência do pensamento. Não pensam. Apenas reagem aos estímulos, aos imperativos do desejo produzidos pelo *marketing*, pela massificação de formas de comportamento e de ação. Neste contexto, de sociedades individualizadas, do imperativo dos puros meios emergem governos desprovidos de apreço pelas instituições, pela cultura, pela educação, pelo espaço público e pelos bens públicos, pelo bom uso da linguagem e, que operam num regime discursivo de pós-verdade em que a mentira é cotidianamente veiculada nas redes sociais. A arte de governar se reduz ao controle, à vigilância, à disciplinarização e docilização de corpos e mentes orientadas ao pleno consumo das relações e do mundo em sua totalidade.

É neste contexto, que se apresenta a crise das universidades e a crise do pensamento. A crise das universidades e, por decorrência do pensamento acadêmico, se apresenta em várias dimensões, entre elas a de produtora de um saber técnico instrumental a serviço das necessidades e interesse de mercado. Justifica sua existência, suas linhas de financiamento e de pesquisa pela “utilidade” do conhecimento científico que produz com potencialidade de tornar eficiente, os processos de produção e consumo. Noutra dimensão, a crise da universidade e do pensamento acadêmico se apresentam naquelas áreas do conhecimento taxadas de improdutivas, de inúteis aos interesses pragmáticos da lógica de mercado.

A práxis neoliberalista funciona pela denegação do outro, sem possibilidade dos movimentos constitutivos do sujeito no conhecimento/(des)conhecimento e reconhecimento da/na alteridade. O outro, que não seja o da inscrição do/no logicamente estabilizado, simplesmente não pode existir. Impossível de compreender o efeito ideológico elementar que produz o efeito de “unidade” e “identidade”, o que se tem é uma posição-sujeito como origem e um sentido como literal. Discursivamente compreendemos que se trata de efeitos, uma vez que o movimento de constituição de sujeitos e sentidos não é estanque, nem tão pouco, unívoco. Se, o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores (Pêcheux, 1990) os regimes de verdade da história e da ciência são resultados diretos das condições de produção das/nas conformações sociais. A partir de uma perspectiva discursiva é possível dizer que não há *Uma História* ou *Uma Ciência*, mas regimes de “verdades” engendrados no histórico-ideológico-social. Nesse sentido, trabalhamos com a noção de historicidade e não com a noção de história com H maiúsculo. A partir dessa posição teórico-analítica, é possível colocar em xeque os regimes de verdade inscritos nos sistemas do logicamente estabilizado e do mundo semanticamente normal. A produção e a circulação do conhecimento, portanto, só ocorre no terreno próprio das lutas de classe. É pelas relações de dominação-resistência que se estabelecem os regimes de verdade, incluindo aí, a Ciência (aquela com C maiúsculo) conferindo a ela um efeito de neutralidade, efeito este, que funciona como a recitação de um mito.

Justamente. A crise das universidades e a crise do pensamento se intensificam na medida em que promovem o mito da neutralidade científica, ou do conhecimento científico que elabora. Ou dito de outro modo, na medida em que se afasta de suas origens que se expressava na elaboração e afirmação de uma ciência local, regional, comprometida com os anseios comunitários em que se encontrava inserida. Assim, a crise das universidades e do pensamento também se apresentam em seu insulamento, na ausência de diálogo com a sociedade, no abandono do debate público do sentido político e ético de seu fazer científico. A ausência do diálogo é tomada como uma marca importante, quase um sintoma, do apagamento dos sentidos do político. Assistimos estarecidos a política interditar, apagar o político naquilo que lhe é próprio: a discussão e o diálogo. E submete a sociedade a aceitar, no lugar do diálogo, argumentos rasos, sem elaboração, falácias, *fakenews* (termo da moda), eis aí a incidência do consumismo da linguagem que emudece o sujeito político e dá a voz aos robôs, que fazem os sujeitos repetirem, curtirem e compartilharem o mais do mesmo. Imagens que se complementam, se confundem, reverberam e ressoam a *mise-en-scène* da linguagem ‘nos tempos que vivemos’. Esse cenário brasileiro e mundial atual reclama recuperar algo do materialismo histórico nas proposições de Marx é preciso criar um cenário de profunda crise no sujeito, nas sociedades, nas nações, para então, instalar o gesto dominador. Seria, então, a crise das/nas universidades um projeto?

Sob tais pressupostos, a crise das universidades e do pensamento se intensifica diante da emergência da racionalidade instrumental que conforma o horizonte existencial das sociedades individualizadas contemporâneas, sobremaneira pela emergência de governos de tendências totalitárias comprometidos com eficácia gerencial do Estado mínimo em âmbito social e máximo em âmbito jurídico e regulatório a serviço do capital.

Para esta arte de governar que se tornou a “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016), trata-se de aniquilar o que resta da potência do pensamento no interior das universidades.

Trata-se, portanto, de questionar: o que está em crise? A aposta reflexiva deste Dossiê é no pensamento como resposta a profundidade das questões apresentadas. Se ainda é possível pensar as universidades como tempos e espaços privilegiados do exercício da potência do pensamento, é no âmbito acadêmico em diálogo com a sociedade local, regional e nacional, que urge o exercício reflexivo em relação aos diversos contornos e variáveis da crise em curso.

A sociedade é diversa, heterogênea. Aliás, a heterogeneidade é o terreno fértil para o que é próprio do/no político. O não reconhecimento das diferenças leva ao aniquilamento do sujeito, das sociedades e da potência de pensamento. O papel das universidades é fundamental na garantia do debate, do diálogo, do que é diverso no pensamento.

Das práticas pedagógicas aos projetos de pesquisa entre universidades, o que vimos fazendo e trocando que caracterizariam a contraface ao obscurantismo de ideias que granjeiam as redes sociais? Pretende-se com a publicação deste dossiê promover o debate e a produção de “novas verdades” (HARDT; NEGRI, 2014) a comunidade acadêmica que, “desmediatizada”, assume a tarefa do pensamento, tão necessário, diante da crise que nos assola com ideias sem respaldo histórico, com pseudo pesquisadores enunciando “verdades” frouxas e duvidosas.

O filósofo e jurista Giorgio Agamben (2009, p. 59), nos convida ao exercício da contemporaneidade, que implica no desafio de compreendermos o tempo presente em toda sua intensidade e profundidade. Assim, nos diz o filósofo:

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissolução e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela.

Michel Pêcheux, por sua vez, dedicou-se a compreender os “efeitos de sentidos entre interlocutores” e para tanto pensou teórica e analiticamente o Discurso. Estabeleceu para isso um profícuo diálogo entre a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico, a análise de discurso surge então na relação de entremeio a estes campos do conhecimento. Um leitor atento e crítico de Saussure, de Freud e Lacan, de Marx e Althusser, Pêcheux buscou pensar o seu objeto de estudo: o Discurso, justamente nos pontos de deriva, tomando a língua em sua equivocidade, a história em sua contradição e o sujeito sempre dividido no modo próprio de sua interpelação: inconsciente/ideologia. Se, na AD, como nos ensina Orlandi (2007, p. 15), procuramos compreender a linguagem “fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história”; então nos ocupamos da linguagem em seu funcionamento, em seu movimento, em sua corporalidade do e no laço social. Mas, e quando esse laço social fica afrouxado, fragilizado pelas demandas e generalizações excessivas produzidas

nas redes sociais? Se comprovadamente os algoritmos do virtual nos devolvem mais do mesmo, não estaríamos nos limitando a relações narcisistas? Relações estas que se fecham à heterogeneidade, e conseqüentemente empobrecem nossa experiência política de linguagem, limitando nossa capacidade de leitura e interpretação. Nossa potência de pensamento. E, no exagero, nos levando a intolerância, às atitudes racistas, homofóbicas, xenófobas, entre outras, produtoras dos discursos de ódio, próprios de regimes totalitários.

Desafiados a pensar e a compreender aspectos do contemporâneo “para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente”. (AGAMBEN, 2009, p. 64). Reunimos aqui pesquisadores, leitores dos autores referenciados neste texto de apresentação.

Desta forma, a publicação do presente Dossiê se constitui num convite a partir de olhares interdisciplinares sobre o contemporâneo com intuito de promover o debate, a reflexão, a troca pública de ideias advindas das mais diferentes áreas do conhecimento dispostas a exercitar a potência do pensamento diante das obscuridades da crise em curso, sobretudo no meio acadêmico. Os textos aqui presentes são contribuições analíticas e reflexivas empenhadas em provocar a potência do pensamento na compreensão do que está acontecendo no tempo presente.

Sob tais pressupostos, a importância deste Dossiê se constitui no posicionamento, no tempo presente, frente a retrocessos sociais e políticos e, por decorrência de ameaças de retorno à barbárie promovidas por variáveis proto-fascistas e totalitárias em curso de ação. Mas, sobretudo, neste contexto trata-se também de autores que se dispuseram a se posicionar frente às obscuridades de seu tempo, crítica e criativamente no esforço de promover a manutenção de um mundo que possa acolher as gerações vindouras. Tratou-se de doação, de um pouco de si, de preocupações, de conceitos, de ideias, mas, sobretudo, de memórias a serem revisitadas, questionadas, debatidas constantemente por aqueles seres humanos que vem, que virão, que herdarão este mundo e que seguramente terão que fazer frente à barbárie que se apresentará em seu próprio e devido tempo.

Desejamos boas e profícuas leitura capazes de produzir ressonâncias, ousadia e, por que não, revoltas; pois, como nos diria Michel Pêcheux (1997, p. 304), em seu inverno político francês, há dois pontos incontornáveis:

- não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”.
- ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”. (Grifos do autor)

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Trad. de Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão no mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. Trad. de Carlos Szlak. São Paulo: n-1 Edições, 2014.
- ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Mariani, B. Campinas: Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi [et.al]. 3. ed. Campinas (SP): Unicamp, 1997.
- TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista*. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.